



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS  
QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 09 DE  
FEVEREIRO DE 2024, PRESENCIALMENTE, NO AUDITÓRIO DA  
OUVIDORIA AGRÁRIA.

Aos 09 (nove) dias do mês de fevereiro de 2024 às 9:00h, deu-se início a 1ª Reunião Ordinária de 2024, dos membros da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), de forma presencial, no auditório da Ouvidoria Agrária do TJPA. Participaram da reunião: Des. Mairton Marques Carneiro, Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo, Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem – CPMEAQLG; Janyce Maria de Almeida Varella Veiga, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Dr. Manuel Carlos de Jesus Maria, juiz titular da Vara Agrária de Santarém; Dr. Antônio Fernando de Carvalho Vilar, juiz titular da Vara Agrária de Altamira; Naire Fragoso Rei, representante da Ordem Dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB/PA); Francisco Vécio de Araújo (ouvinte – SIGEO); Herena Neves Maués Correa de Melo, representante do Ministério Público Estadual (MPE); Mario Alfredo Souza Solano, representante da Federação da Agricultura e Pecuária no Pará (FAEPA); Eliana França dos Santos Zacca, representante da Federação da Agricultura e Pecuária no Pará (FAEPA); Dr. Amarildo José Mazzutti, juiz titular da Vara Agrária de Marabá; Jesus Fiel Gonçalves, representante da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH); Myrza Tandaya Pegado, representante da Associação dos Notários e Registradores (ANOREG); Verena Fadul dos Santos, representante da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH); A reunião foi gravada em áudio e vídeo, com degravação realizada posteriormente. PAUTA: 1. Aprovação da ata de Reunião Ordinária realizada em 15 de dezembro de 2023; 2. Resposta da Polícia Federal ao Ofício de nº 27/2023-CPMEAQLG, que trata das providencias solicitada na Moção 449/2023, encaminhada a esta Comissão à Presidencia da Assembleia Legislativa do Pará; 3. Resposta

6

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



7

8

1



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

9  
10  
11  
12  
13

33 do Comando Geral da Polícia Militar ao Ofício nº 38/2023-CPMEAQLG,  
34 que trata dos conflitos fundiários nas fazendas Santa Maria e Tres Marias,  
35 no município de Parauapebas/PA; 4. Resposta ao Iterpa ao ofício nº  
36 76/2023-OA e ao Ofício nº 0021/2023-SINPRUMA, que tratam das  
37 providências acerca da regularização fundiária no Município de Monte  
38 Alegre/PA; 5. Resposta da Unidade Regional do INCRA em Altamira ao  
39 Ofício de nº 43/2023-CPMEAQLG, referente as determinações contida  
40 nos autos do Processo de nº 0802983-88.2022.8.14.0015 (Ação de  
41 Interdito Proibitório), em tramite na Vara Agrária de Altamira; 6. O que  
42 ocorrer. DES. PRESIDENTE: DES. PRESIDENTE: Bom, como não há  
43 número legal... mas desde logo já estou abrindo a nossa reunião para  
44 aguardar o quórum mínimo necessário para nós iniciarmos. Então,  
45 estamos só aguardando o número legal para iniciarmos, tá bom? Bom dia.  
46 DR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Bom dia, doutor. DES.  
47 PRESIDENTE: [pronunciamento fora do microfone]. SR. LAÉRCIO DOS  
48 SANTOS ROSA JUNIOR: Vai. [sessão suspensa] [sessão reaberta] DES.  
49 PRESIDENTE: Declaro instalada esta reunião ordinária no dia de hoje. Eu  
50 coloco logo de imediato aprovação da Ata da sessão anterior. No silêncio,  
51 ela encontra-se aprovada. E nós vamos agora... Cadê a Pauta? Normal,  
52 normal. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: [pronunciamento  
53 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Pauta normal. SR. LAÉRCIO  
54 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Vou pegar para o senhor. [ininteligível].  
55 DES. PRESIDENTE: Tá. Bom, então vamos ao Item nº 2 da nossa  
56 reunião, que é a resposta da Polícia Federal ao Ofício nº 27/2023  
57 [ininteligível] as providências solicitadas na Moção 449/2023,  
58 encaminhada a esta comissão pela presidente da Assembleia Legislativa  
59 do Estado do Pará. A resposta foi a seguinte: “[ininteligível] desse  
60 expediente e a esta comissão que o deputado Bordalo, Aveilton e Torrinho  
61 Torres, para que sejam adotadas medidas em caráter de urgência em  
62 meio aos conflitos fundiários envolvendo as famílias do Complexo Divino  
63 Pai Eterno”. E aqui no dia 24 de janeiro foi a resposta: “Delegacia de  
64 Polícia Federal em Redenção destacou que, dentre as várias atribuições  
65 esculpidas no art. 144 da nossa Carta Magna, destaca-se a apuração de  
66 infrações penais no interesse da União. Nesse passo, esclareceu que há  
67 investigações em curso a fim de apurar os ilícitos cometidos nesta região. p

14

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



15  
16



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

17  
18  
19  
20  
21

68 Quanto à segurança dos moradores locais, esclareceu que não cabe  
69 diretamente à Polícia Federal a manutenção da ordem pública no local e  
70 que esta atividade é desempenhada pelas polícias ostensivas - Polícia  
71 Rodoviária Federal, Polícia Militar e Força Nacional. Informou que,  
72 sensível à questão, Polícia Federal participou na época das tratativas,  
73 inclusive com o Poder Judiciário local, para o envio de Força Nacional à  
74 região. Diante disso, foi publicada a Portaria nº 447, disponibilizando  
75 efetivo para o patrulhamento e segurança da Comunidade Divino Pai  
76 Eterno no período de 11 a 25 de agosto de 2023, em conformidade à  
77 decisão judicial exarada nos autos do processo número tal. Informou que,  
78 após essa data, houve uma megaoperação de desintrusão das terras  
79 indígenas Apyterewa e Trincheira Bacajá, envolvendo aproximadamente  
80 200 policiais de várias instituições - Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia  
81 Rodoviária Federal e...". SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:  
82 Força Nacional. DES. PRESIDENTE: "Força Nacional, ocorrida no período  
83 de outubro a dezembro. Essa operação impactou diretamente na  
84 Comunidade do Divino Pai Eterno, pois trata-se de uma área próxima às  
85 terras indígenas desintruída. Assim, a segurança foi garantida no local.  
86 Por fim, esclareceu que há um quantitativo razoável de agentes da Força  
87 Nacional fazendo patrulhamento e segurança das áreas das terras  
88 indígenas mencionadas com previsão de permanência pelos próximos  
89 seis meses". Foram essas as informações prestadas pela Polícia Federal.  
90 Aqui... quem pediu isso foi o deputado Bordalo. Como não está presente,  
91 alguma pessoa quer se manifestar? Pois não, [ininteligível] Solano. SR.  
92 MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Excelentíssimo Sr. Desembargador  
93 Mairton, presidente da comissão, bom dia. Externo a todos bom dia.  
94 Primeira reunião do ano, portanto, fico feliz em vê-los bem. Obviamente, o  
95 ponto que eu queria falar sobre essa questão desse ofício é quando ele  
96 trata da questão de Apyterewa... as duas terras indígenas objetivamente.  
97 Foi tratada no dia 15 de dezembro, na última reunião, eu vi aqui na Ata,  
98 sobre essa questão justamente da comissão participar deste processo de  
99 mediação ou não, e foi dito que a comissão, no nosso caso, não foi porque  
100 se trata de um assunto federal. Todavia, eu queria lembrar que nós  
101 recebemos aqui na comissão a cópia da nomeação de uma comissão da  
102 Justiça Federal do estado. E aí fica a indagação: foram, fizeram a

22

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



3

23

24



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

25  
26  
27  
28  
29

103 mediação no caso? E fica essa lembrança aqui para os nossos  
104 operadores de Direito, representantes das instituições, Ministério Público,  
105 Defensoria Pública etc., porque é Direitos Humanos e é de todos, né?  
106 Então, se tem nomeação da comissão, não vai a do estado, mas por que  
107 não foi a federal? E se foi, relatório. Eram essas as considerações.  
108 Obrigado. DES. PRESIDENTE: Tá bom. Então o senhor deseja que seja  
109 oficiada a Justiça Federal, é isso? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA  
110 SOLANO: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Tá.  
111 Então [ininteligível]. Está em discussão ofício à Justiça Federal para saber  
112 se a comissão federal foi ou não foi, é isso? SR. MÁRIO ALFREDO  
113 SOUZA SOLANO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.  
114 PRESIDENTE: Mais alguém quer se manifestar? Portanto, aprovado o  
115 ofício. Bom, nós temos... O Item 3 é resposta do Comando-Geral da  
116 Polícia Militar no ofício desta nossa comissão que trata dos conflitos  
117 fundiários nas fazendas Santa Maria e Três Marias no município de  
118 Parauapebas. E a resposta foi a seguinte: "Trata de expediente  
119 encaminhado a esta comissão pelo Dr. Jarbas Vasconcelos, secretário de  
120 estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos, no dia 20 de novembro  
121 de 2023 informando sobre o suposto bloqueio da PA-160 pela Polícia  
122 Militar e solicitando atenção e cumprimento das normas e recomendações  
123 do CNJ acerca da Resolução nº 10 da Comissão de Direitos Humanos e  
124 normas correlatas. No dia 24 de janeiro, em resposta ao pedido de  
125 informações encaminhado por esta comissão, o comandante-geral de  
126 polícia reiterou a informação de que informou que a Polícia Militar do  
127 estado do Pará se fez presente no local onde, até a presente data, vem  
128 realizando policiamento ostensivo e barreiras de fiscalização na estrada  
129 do Rio Novo, próximo ao local. Informou ainda que o único contato com o  
130 grupo de trabalhadores rurais que ocupavam o [ininteligível] área foi  
131 realizado pela Polícia Civil, através da Delegacia de Conflitos Agrários  
132 (Deca) com o apoio de guarnições da Polícia Militar, sendo que esta não  
133 adentrou na ocupação". Esta foi a informação. O Dr. Mazutti é o juiz desta  
134 área. O senhor poderia me dizer alguma coisa sobre isso? Foi isto mesmo  
135 o que aconteceu ou não? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Na verdade,  
136 houve uma ocupação aí, nessa época aí. Parece que os pecuaristas se  
137 manifestaram... se uniram, mas ela foi... eles acabaram saindo das áreas.

30

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



31  
32



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

33  
34  
35  
36  
37

138 né? DES. PRESIDENTE: Tá. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: E aí teve  
139 uma Comissão de Direitos Humanos que foi... com advogados, foram até  
140 o local conversar com os ocupantes lá e com a Polícia Militar. Inclusive,  
141 isso aí está sendo apurado no processo. Tem um processo que está da  
142 reintegração de posse baseado nisso aí. DES. PRESIDENTE: Uhum. SR.  
143 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Que foi até questionado esse bloqueio aí  
144 que fizeram. DES. PRESIDENTE: Mas tem um processo, é? SR.  
145 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Tem. Tem um processo de reintegração de  
146 posse que--DES. PRESIDENTE: Foi concedida liminar ou não? SR.  
147 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Foi concedida a liminar, mas eles já haviam  
148 saído. DÊS. PRESIDENTE: Ah, tá. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Que  
149 foi feita em Parauapebas. Mas essa questão de Direitos Humanos está  
150 sendo abordada nesse processo também. DÊS. PRESIDENTE: Ah, tá. Tá  
151 bom. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: [pronunciamento fora  
152 do microfone]. DES. PRESIDENTE: Tá. [sessão suspensa] [sessão  
153 reaberta] DES. PRESIDENTE: Então vamos reiniciando. Alguém quer se  
154 manifestar quanto ao Item 3? Pois não. ORADOR NÃO IDENTIFICADO:  
155 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Vamos... SR.  
156 MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Excelência, a federação  
157 acompanhou essa situação, que criou uma crise naquele local. Trata-se  
158 de uma invasão de propriedade - isso aqui tem que ficar claro -, portanto,  
159 crime, e nós estamos aguardando o resultado, os responsáveis do  
160 inquérito, a penalidade, o encaminhamento, porque a gente precisa  
161 entender que Direitos Humanos não é... não tem lado. Direitos Humanos  
162 também é para o produtor rural, para sua família, para seus  
163 colaboradores, que têm responsabilidade de produzir não nesse estado  
164 somente, mas nesse país. Portanto, a gente tem que ter esse olhar amplo,  
165 uma visão holística. É o que a gente tem clamado quase todas as nossas  
166 reuniões sobre... quando se fala em Direitos Humanos. Direitos Humanos  
167 é para todos. Vítima é quem estava na propriedade produzindo, e ali  
168 chegaram pessoas sem autorização, sem norma, sem cumprimento da  
169 lei. Invadiram a propriedade, está inclusive no documento que quebraram  
170 a cerca. Ou seja, isso precisa ser realmente punido conforme os ditames  
171 da lei para que haja justamente uma calma no campo. É isso que a  
172 gente vem clamando e pedindo. Obrigado. DÊS. PRESIDENTE: O senhor

38

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



39  
40



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

41  
42  
43  
44  
45

173 então deseja que seja oficiada a Deca, é isso? SR. MÁRIO ALFREDO  
174 SOUZA SOLANO: Não, não, [ininteligível]. A Deca já está tramitando.  
175 DÊS. PRESIDENTE: Não, está tramitando, mas faz quanto tempo isso?  
176 SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Foi ano passado. DÊS.  
177 PRESIDENTE: Pois é, foi o ano passado. Então vamos oficial--SR.  
178 MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Não tem problema. DÊS.  
179 PRESIDENTE: Tá? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: O senhor  
180 está acionando(F). Muito obrigado. DÊS. PRESIDENTE: [ininteligível]--  
181 SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: A gente até agradece. DÊS.  
182 PRESIDENTE: Quer falar? Pois não. SR. JESUS FIEL GONÇALVES:  
183 Bom dia. A SDH acompanhou a situação, inclusive eu que acompanhei. A  
184 situação foi uma situação... uma... iniciou com uma ocupação na área,  
185 mais ou menos mil pessoas, e quando nós chegamos lá, a Polícia Militar  
186 fez três barreiras, inclusive eu mesmo tive dificuldade de passar pelas  
187 barreiras para chegar, para acompanhar a situação, e as pessoas não  
188 podiam passar. Ela é uma área de difícil acesso, então não tinha água,  
189 não tinha acesso à comida, a nada. A Polícia Militar fez três barreiras na  
190 estrada, e não podia passar nem água. Não podia passar nada para a  
191 área de ocupação, para as famílias. As famílias ficaram... Tinha... enfim,  
192 tinha mulheres grávidas, crianças, bebê de colo, e foi uma situação bem  
193 caótica, um dia... acho que o... em 2023 eu acho que foi o pior dia que eu  
194 passei na minha vida. Não tinha nada para ninguém, inclusive para nós. E  
195 eles... E a barreira da Polícia Militar... Eu tenho inclusive algumas fotos da  
196 situação. De manhã, quando a gente chegou na área, a área ocupada  
197 pelo Sindicato dos Produtores, tinha mais ou menos umas dez pessoas  
198 ali. As falas inclusive da própria Polícia Militar é que não poderia passar  
199 ninguém que fosse para a área de ocupação. No entanto, poderiam  
200 passar os fazendeiros e seus funcionários para dar apoio para o pessoal  
201 que se diz proprietário. O que aconteceu? Isso foi enchendo de uma forma  
202 que, no final do dia, esse grupo já estava muito grande, o grupo de reação,  
203 e particularmente eu, Jesus, vi um desenho do massacre de Pau D'Arco.  
204 Por quê? Porque a Polícia Militar estava do lado, a gente ficou dialogando  
205 com o delegado da Deca, a Deca esteve lá, foi a Deca que acompanhou,  
206 inclusive o delegado Mororó... Se a gente pode dizer que não aconteceu  
207 um novo massacre, foi muito 'por causa' que nós estávamos lá e a Deca

46

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



47  
48



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

49  
50  
51  
52  
53

208 também. Nós fizemos um... foi um dia todo de negociações, e quando  
209 chegou no final da tarde, que era o prazo mais ou menos para a gente  
210 conseguir desocupar, o desenho que você tinha... você tinha muitos  
211 funcionários, inclusive com suspeita de estarem armados, descendo para  
212 o local onde estavam as famílias que... ocupantes. A Polícia Militar  
213 também estava no outro lado e a Deca, e a Polícia Civil. E aí nós  
214 começamos a dialogar, isso o dia todo, nós oficiamos todos os órgãos  
215 para acompanhar, e no final da... no início da noite, a área foi desocupada,  
216 e eles foram para outro local, inclusive que teve aquele acidente, que nove  
217 pessoas faleceram vítimas de choque elétrico, de descarga elétrica nessa  
218 área onde eles estão, que inclusive até o ministro de Desenvolvimento  
219 Agrário esteve lá, Comissão de Direitos Humanos Federal. Está todo  
220 mundo acompanhando essa situação. O que é ruim na conduta? Eu  
221 concordo que Direitos Humanos é para todo mundo. E quando é para todo  
222 mundo, o estado, ele não pode favorecer alguns em detrimento de outros.  
223 Nós estávamos ali. Qualquer - vou usar o termo que foi utilizado -,  
224 qualquer criminoso ou qualquer pessoa nesse país tem que ser tratada  
225 com dignidade. Então, a Polícia Militar não pode criar uma barreira que  
226 não deixe passar nem água para as pessoas nas condições de... Acho  
227 que foi novembro, final de novembro, um sol escaldante, aquela coisa  
228 toda. Eu brinquei... Quem se deu bem foi uma pessoa que chegou lá,  
229 vizinho, vendendo chope. Não tinha quem conseguisse chegar com  
230 aquilo. Então, assim, foi uma situação em que a Polícia Militar favoreceu  
231 um grupo, não deixou passar mantimentos, nenhum tipo de auxílio para  
232 essas pessoas. Até a gente mesmo teve problema para passar, foi preciso  
233 acionar, dizer... eu falei que eu ia acionar até prerrogativa da OAB, porque  
234 eu tinha direito de passar, e para negociar. Nós utilizamos... eu acho que  
235 nós escutamos falas de pessoas sendo bloqueadas: "Ah, porque se tu for  
236 para aí, nós vamos lá depois", então, assim, muita ameaça na barreira da  
237 Polícia Militar, ameaçando as pessoas que estavam passando. Em  
238 compensação, se você tivesse... Eu conferi. Teve um momento que  
239 passaram mais de 20 caminhonetes para a fazenda. Então, assim, parece  
240 que... o que me pareceu foi que a Polícia Militar estava mais preocupada  
241 em dar margem para um conflito do que resolver a situação e fazer as  
242 famílias desocuparem. E aí acabou criando a situação. No final, nós

54

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



55

56



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM.

57  
58  
59  
60  
61

243 conseguimos que as famílias saíssem. Para minha surpresa, eu apareci  
244 em um processo. O advogado que estava comigo foi, inclusive, colocado  
245 como réu, como se ele fosse... como se ele... o advogado que me  
246 acompanhava, a gente estava na... Eu acho que é Odailson(F) o nome  
247 dele, foi colocado como réu em uma cautelar que a própria Deca pediu. Aí  
248 mais uma confusão para a gente tirar o advogado como réu. Então,  
249 assim... E fotos minhas foram colocadas no processo. Na audiência, foi  
250 inclusive mencionado pelo delegado Mororó... eu não pude ir porque eu  
251 estava em outra atividade, mas foi colocado um pouco sobre a situação da  
252 atuação lá e como, graças a muito malabarismo, nós conseguimos evitar  
253 um novo massacre no Pará. No entanto, eu peço que, se for possível, a  
254 gente oficie para averiguar a conduta da polícia, porque creio que não  
255 deve ser a última situação. Nós vivemos em um estado de conflito, então  
256 não... Aquela área ali principalmente, né, Dr. Mazutti? Então, assim, não  
257 deve ser a última. E a gente precisa realmente que a Polícia Militar, ela aja  
258 de uma forma que seja para evitar o conflito, e não para dar substância  
259 para que ele aumente. DÊS. PRESIDENTE: Muito bem. Então, tem dois  
260 pedidos: um para que seja oficiada a Deca--SR. LAÉRCIO DOS SANTOS  
261 ROSA JUNIOR: [pronunciamento fora do microfone]. DES.  
262 PRESIDENTE: Para saber como é que anda o andamento dessa  
263 situação, e o outro é para que... se neste inquérito, se está também  
264 havendo apuração em relação à conduta dos policiais militares.SR.  
265 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Excelência--DES. PRESIDENTE: Pois não,  
266 doutor.SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Licença, só para fazer um  
267 esclarecimento. Nessa época aí foi... eles entraram com ação cautelar em  
268 Parauapebas, e aí foi negada a liminar. Os... Aí entraram com ação na  
269 Vara Agrária, e aí, antes de apreciar a liminar, eu marquei audiência em  
270 Parauapebas para ouvir as pessoas envolvidas. Dessa audiência,  
271 inclusive... aí foi ouvido o delegado Mororó, que foi arrolado como  
272 testemunha, ficou gravado o depoimento dele, um depoimento que levou  
273 mais de uma hora e pouco. Inclusive, um advogado... realmente, como foi  
274 falado, teve um advogado que foi relacionado, mas ele foi excluído do  
275 processo. Aí o próprio autor pediu a exclusão dele do processo, foi  
276 excluído. E aí eu consegui a liminar para impedir que deixasse a situação.  
277 Então, foi muito ventilado, mas está tudo gravado e filmado, as questões

62

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



63

64





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

65  
66  
67  
68  
69

278 de Direitos Humanos... até foi questionada essa questão, que foi uma...  
279 teria ido uma comissão conversar lá com o delegado, e parece que essa  
280 comissão teria sido impedida, e um advogado teria sido inclusive  
281 enquadrado na ação como invasor. Mas isso já foi--DES. PRESIDENTE:  
282 [ininteligível] relatado isso no--SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Isso está  
283 no processo. DÊS. PRESIDENTE: Está no processo policial, é isso? SR.  
284 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Não, está lá no processo de reintegração de  
285 posse. DES. PRESIDENTE: De reintegração de posse. Ah, tá. SR.  
286 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Isso foi questionado em todas as mídias, da  
287 audiência de justificação. Se a comissão precisar, a gente pode  
288 disponibilizá-los. PRESIDENTE: Tá. Eu pergunto ao senhor: o senhor  
289 encaminhou isso para a Deca? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Sim.  
290 Inclusive, o próprio delegado da Deca deu depoimento como testemunha.  
291 DÊS. PRESIDENTE: Tá. E pediu... Então está sendo apurado, é isso  
292 mesmo? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Está sendo apurado. DÊS.  
293 PRESIDENTE: Está sendo apurada essa situação que a senhora ventilou.  
294 O senhor queria falar, doutor? Pois não. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA  
295 SOLANO: Só para explicar, para não ficar essa dúvida. Local de crime - e  
296 isso é protocolo comum -, local de crime foi local de crime. Portanto, se  
297 amanhã acontece homicídio, protocolo normal. Quem chega primeiro é a  
298 polícia ostensiva por uma questão óbvia. Tem capilaridade, tem  
299 celeridade. E a primeira coisa que ela tem que fazer é isolar a área. Está  
300 previsto. Não entra ninguém na área local de crime. No caso, pior ainda,  
301 de invasão de propriedade, que envolve várias pessoas, aí qual é a  
302 finalidade? Além de isolar a área, tem uma questão muito simples: é evitar  
303 que as partes se encontrem. Então, chegar e ficar criticando uma ação  
304 que evitou o conflito - porque o resultado foi positivo. Graças a Deus, não  
305 aconteceu nenhum conflito, não avançou. Então, teve resultado  
306 significativo - e dizer por que simplesmente houve isolamento da área não  
307 permitiu A, B ou C é complicado. A outra questão... Toda vez que eu vi,  
308 seja aqui, em qualquer lugar... Porque essas pessoas infelizmente não  
309 estão presentes para se defender, eu vou ter que ir contra a narrativa.  
310 Massacre de Pau D'Arco. Pau D'Arco foi uma ação legal, cumprimento de  
311 uma determinação judicial, mandado de prisão. As consequências é outra  
312 história. Está nos autos, que vá lá e análise. Agora, a narrativa "quem está

70

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)



71  
72



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

73  
74  
75  
76  
77

operando no Direito”, me desculpe. DÊS. PRESIDENTE: Isso aí... essa situação está sendo apurada pela Deca. Então, um ofício ao delegado da Deca, tá? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Uhum. Tá. DES. PRESIDENTE: Para que ele informe a quanto andas esse inquérito. Inclusive, o relatado pela Comissão de Direitos Humanos, pela representante da Comissão de Direitos Humanos. Pelo representante, tá? Então, vamos ao quarto. É resposta do Iterpa ao Ofício nº 76 e ao Ofício nº 21, que tratam das providências acerca da regularização fundiária no município de Monte Alegre. Trata-se de expediente protocolado pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira durante Audiência Pública realizada na Vara Agrária de Altamira no dia 26/5/2023, solicitando manifestação acerca da regularização fundiária na região de Monte Alegre. Reportando ao ofício de 30 de maio de 2023, que solicita manifestação acerca da regularização fundiária na região de Monte Alegre, no dia 23 de setembro de 2023 o Iterpa encaminhou, com dados em base constante, os arquivos mapa de jurisdição do município de Monte Alegre com a localização dos processos administrativos de regularização fundiária em tramitação naquele instituto e listagem com dados do respectivo processo, constando o nome do interessado, denominação do imóvel, número do processo e modalidade. Outrossim - ele continua -, considerando o fato de os polígonos serem pequenos, informou que não foi possível enumerá-los no mapa aludido. Dr. Vilar, o senhor recebeu essa resposta? SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Estou achando que ocorreu uma confusão. Deve ser Santarém, desembargador. DÊS. PRESIDENTE: É Santarém, né? Santarém. Doutor--SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Eu acredito que sim. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. ORADORA NÃO IDENTIFICADA [00:24:14]: Monte Alegre é Santarém. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: É--DES. PRESIDENTE: Por onde anda o Dr. Manuel? SR. MANUEL: Estou aqui. DÊS. PRESIDENTE: Está aí. Está aí o homem. Está aí. SR. MANUEL: Eu não recebi. DÊS. PRESIDENTE: Hein? Não recebeu, não? Então vamos encaminhar, viu? SR. MANUEL: Não recebi. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Quem recebeu? Não recebeu? ORADORA NÃO

78

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



79  
80



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM.

81  
82  
83  
84  
85

348 IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]. DES.  
349 PRESIDENTE: Não? ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não. DÊS.  
350 PRESIDENTE: Então vamos encaminhar aos representantes da nossa  
351 comissão, tá? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Uhum. DES.  
352 PRESIDENTE: E principalmente ao... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS  
353 ROSA JUNIOR: Ao juiz. DÊS. PRESIDENTE: Ao juiz agrário. Dra. Myrna  
354 (sic), bom dia. Tudo bem com a senhora? SRA. MYRZA TANDAYA  
355 PEGADO: Bom dia. DES. PRESIDENTE: A senhora chegou caladinha e  
356 não falou nada para ninguém. RÃ. MYRZA TANDAYA PEGADO: Pois é.  
357 [ininteligível]. Pois é. [risos] SRA. MYRZA TANDAYA PEGADO: Seria  
358 interessante também mandar para o oficial, né, já que trata de  
359 regularização fundiária. DÊS. PRESIDENTE: Sim. Pronto, está aí. Oficial  
360 também. SRA. MYRZA TANDAYA PEGADO: Para o oficial de Monte  
361 Alegre, que responde pelo registro de imóveis de Monte Alegre. DÊS.  
362 PRESIDENTE: Tá bom. SRA. MYRZA TANDAYA PEGADO: Porque  
363 culmina, né? O final do processo é lá no cartório. DES. PRESIDENTE:  
364 Com certeza. Mais alguém quer se manifestar quanto a esse aspecto?  
365 Não? Então está aprovado o ofício, tá? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS  
366 ROSA JUNIOR: Perfeito. DÊS. PRESIDENTE: Foi falado. Vamos ao  
367 quinto. Resposta da unidade regional do Incra em Altamira ao Ofício de  
368 número 43/2023 da nossa comissão referente às determinações contidas  
369 nos autos do processo número tal, ação de interdito proibitório em  
370 tramitação na Vara Agrária de Altamira. Trata-se de ofício em termo de  
371 audiência anexado ao... no dia 20... 30/11/2023 pelo Dr. Vilar, cujo...  
372 informando sobre as providências solicitadas ao Inca de Altamira. No dia  
373 5/1/2024, a Superintendência do Incra de Altamira encaminhou  
374 expediente solicitando a dilação de prazo de 20 dias para atendimento da  
375 demanda. Já houve? SR. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR:  
376 Bom dia a todos. Esse processo é lá do Karapi(F). Inclusive, eu fiz  
377 audiência de instrução e julgamento nele semana passada e eu tive que  
378 reiterar... Até perguntei para o Laércio um pouco ontem quais foram os  
379 endereçamentos da última reunião, porque até o momento não houve  
380 resposta. A última resposta foi essa de pedido de dilação de prazo. DÊS.  
381 PRESIDENTE: Tá. Então vamos reiterar para saber qual é o prazo que  
382 deseja, porque... Prazos e mais prazos. SR. ANTÔNIO FERNANDO DE

86

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



87  
88



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

89  
90  
91  
92  
93

383 CARVALHO VILAR: Foi até--DES. PRESIDENTE: E eu quero dizer aos  
384 senhores o seguinte: que o item... nesse item eu já tinha agendado uma  
385 reunião com o Incra Brasília, só que também Brasília é desorganizado.  
386 Marcou para quando? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Era  
387 para o dia 24 de fevereiro.DES. PRESIDENTE: Dia 24 agora. Eu ia,  
388 estava tudo providenciado já para eu ir para lá, né? Aí não sei quem lá  
389 descobriu que eu ia. Aí ligaram para cá dizendo o seguinte: que o  
390 superintendente lá não sabia de nada. Não sabia de nada, absolutamente  
391 nada. Vê, tudo marcado. Eles sugeriram, nós respondemos que iríamos.  
392 Mas, veja, a desorganização no instituto nacional Incra até lá em Brasília  
393 é. Mas não vamos olhar para isso. Aí deu outra data, né? Aí colocou 20...  
394 14 de março. Aí eu vou ter reunião com o Incra em Brasília para tratar das  
395 demandas desta comissão e da atuação do Incra no estado do Pará. Vou  
396 para lá. Eu quero saber o que é que o Incra está fazendo aqui. Não está  
397 fazendo nada? Rua daqui, vai embora daqui, entendeu? Ou então  
398 coloque uma outra situação. O que não pode é a instituição Incra estar me  
399 pedindo... olha aí prazo. Até agora olhou para a gente, disse assim: "Não,  
400 não vou mais responder nada". Espia. Quer dizer, é uma falta de interesse  
401 com a entidade pública. E fica... Aí depois dizem que eu sou ruim. Cadê o  
402 representante do Incra? Não vem. Não vem, certo? Está lá, está intimado  
403 para vir para cá, mas não vem. Então, veja, gente--SR. LAÉRCIO DOS  
404 SANTOS ROSA JUNIOR: Dra. Herena pediu a palavra.DES.  
405 PRESIDENTE: É uma situação que nós não devemos, de jeito e  
406 qualidade, deixar mais que isso ocorra. As instituições, elas têm que  
407 cumprir o seu papel. O Incra, desde que eu conheço, do que eu me  
408 entendo, desde 90, não trabalha direito. Essa situação de dizer: "Ah,  
409 porque eu vou dar...", que o Incra não tem condições de dar nada,  
410 absolutamente nada. Ele faz acontecer, né? "É porque eu dou terreno  
411 para cá, terreno para ali". Não. Ele é um órgão para ajudar o  
412 jurisdicionado. Não está havendo isso, gente. Não está havendo. Mas a  
413 doutora queria falar. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dra.  
414 Herena. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Bom dia.  
415 Bom dia a todos os presentes, todas as pessoas. DÊS. PRESIDENTE:  
416 Vamos aumentar o som da minha doutora aí. SRA. HERENA NEVES  
417 MAUÉS CORREA DE MELO: Eu estou tentando falar alto, mas é porque

94

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



12

95  
96



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

97  
98  
99  
100  
101

418 eu fiz um júri ontem. [risos]DES. PRESIDENTE: Pois não. Não fale alto.  
419 Quem [ininteligível]--SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE  
420 MELO: Eu fiz um júri ontem e eu realmente ainda estou, assim, na  
421 emoção. Doutor, eu acho interessante, muito importante essa pauta que o  
422 senhor colocou de que vai fazer essa mediação, essa gestão junto ao  
423 Incra em Brasília. É de suma importância, até porque parece que houve  
424 uma reorganização. E, por exemplo, Altamira, que tinha uma unidade  
425 avançada um tempo atrás deixou de ter e se organizou todo mundo em  
426 Santarém. Aí o que acontece? Não sei se é a opinião do Dr. Manuel. Até  
427 que quando o Incra é chamado nos processos de reintegração de  
428 Santarém, ele vem dando as respostas. Ele até pede uns prazos e tudo,  
429 mas ele participa, ele traz análise técnica. Então, assim, de alguma forma,  
430 ele está funcionando nos processos judiciais em Santarém, mas aí eu  
431 acho que ele está deixando a desejar por... não sei se por falta de  
432 estrutura para abarcar as duas unidades, que é Santarém e Altamira,  
433 porque ficou tudo em Santarém, ficou... se concentrou tudo em Santarém.  
434 Até alguns funcionários que ficavam em Altamira foram deslocados para  
435 Santarém. Então, talvez seja realmente importante fazer essa gestão de  
436 que... mostrar para eles que se divide em cinco regiões agrárias, que é  
437 necessário fazer uma análise técnica para todos esses processos, porque  
438 está sendo fundamental a participação deles nos nossos processos  
439 judiciais. Eles esclarecem tudo: se é gleba federal, se é projeto de  
440 assentamento, quando não é projeto, mas que tem em vistas de ter  
441 projeto que eles vão desapropriar ou têm a intenção de desapropriar,  
442 enfim, de poder fazer a gestão territorial. Então, essa seria a minha  
443 contribuição.DES. PRESIDENTE: Tá. Só não quero que aconteça o que  
444 aconteceu com o Dr. Mazutti. [ininteligível] representante do Incra vai lá e  
445 simplesmente: "Não, nós vamos fazer, ia acontecer, está tudo certo".  
446 Depois, procurado o camarada aí, disse: "Não, nada disso. Nada disso".  
447 Mas não é a isso, não, que eu quero me referir. Isso aí já passou. Quero  
448 informar a senhora que não é bem assim, não. Não é bem assim que a  
449 senhora está falando. Por quê? Porque eu também sou presidente da  
450 comissão, certo, que faz parte... a Comissão Judiciária? SR. LAÉRCIO  
451 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Comissão de Soluções Fundiárias. DÊS.  
452 PRESIDENTE: Ó, Soluções Fundiárias, a qual faço parte, sou presidente.

102

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)



103  
104



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM.

105  
106  
107  
108  
109

453 Não é bem assim, não. Teve uma ocasião que foi feita lá, uma visita da  
454 comissão, e o Dr. Manuel sabe disso, e foi o representante do Inbra. Ô  
455 coisa boa! Graças a Deus, foi. Sabe o que ele foi fazer lá? Nada.  
456 Absolutamente nada. Ele simplesmente chegou lá, calado estava, calado  
457 ficou. Perguntado para ele, o magistrado perguntou para ele: "O que o  
458 senhor veio fazer aqui?", "não, só vim observar". Ou seja, ele quer o quê?  
459 Ele quer aprender conosco? Não tem por que existir. SRA. HERENA  
460 NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Não, sim, doutor, eu concordo com  
461 o senhor plenamente. DÊS. PRESIDENTE: Não, mas--SRA. HERENA  
462 NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Eu só estou, na verdade, falando  
463 dos processos que eu atuo, né, judiciais e que têm--DES. PRESIDENTE:  
464 Sim, sim. Mas deveria estar lá. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA  
465 DE MELO: E que têm análise técnica. DES. PRESIDENTE: Deveria estar  
466 lá também, na análise... na visita. SRA. HERENA NEVES MAUÉS  
467 CORREA DE MELO: Foi isso. Foi nessa situação. DÊS. PRESIDENTE:  
468 Porque nós estamos... Veja bem, a senhora é promotora ou é defensora?  
469 SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Promotora  
470 agrária. DES. PRESIDENTE: Pois é. Deveria estar lá. Se não estivesse  
471 lá... O representante do Ministério Público foi convocado, foi convidado  
472 para estar lá. É obrigação do Ministério Público, da Defensoria Pública,  
473 estar lá através da... na comissão. Para isso eles estão listados. Agora,  
474 nós temos que entender que o Ministério Público também, assim como a  
475 Defensoria Pública, tem poucas pessoas para acompanhar. Entretanto,  
476 nós temos que cumprir a decisão do Supremo. Ministério Público não foi.  
477 Infelizmente, foi convidado e não apareceu. SRA. HERENA NEVES  
478 MAUÉS CORREA DE MELO: Mas eu não lembro, Excelência, dessa  
479 convocação. DÊS. PRESIDENTE: Oi? Mas foi, foi, sim. Quem fez isso  
480 fomos nós aqui da própria--SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE  
481 MELO: Mas qual foi a data, Excelência? DÊS. PRESIDENTE: Ouvidoria  
482 que faz essa comunicação. Não foi isso, doutor? SR. LAÉRCIO DOS  
483 SANTOS ROSA JUNIOR: Sim. DÊS. PRESIDENTE: Tanto--SR.  
484 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Secretaria. DÊS.  
485 PRESIDENTE: Ministério... A secretaria daqui faz. SRA. HERENA  
486 NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Eu participei de uma audiência que  
487 até a Dra. Elisângela fez o relatório já da Comissão de Soluções--DES.

110

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



111  
112



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM.

113  
114  
115  
116  
117

488 PRESIDENTE: Não, não, não. Essa foi lá--SR. LAÉRCIO DOS SANTOS  
489 ROSA JUNIOR: Alenquer. DÊS. PRESIDENTE: Essa situação foi lá em  
490 Monte--SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Lá em Alenquer.  
491 Alenquer. DÊS. PRESIDENTE: Lá em Alenquer. Aquela situação que  
492 anda muito, até o doutor--SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE  
493 MELO: É porque tem que ser com uma certa antecedência para a gente  
494 pedir deslocamento, né? DES. PRESIDENTE: É, doutor... Mas foi com  
495 antecedência. Tranquilo, foi com antecedência.SR. LAÉRCIO DOS  
496 SANTOS ROSA JUNIOR: [pronunciamento fora do microfone]. DES.  
497 PRESIDENTE: Até o Dr. Laércio chegou aqui supercansado.  
498 Impressionante. E aí tem os meus sinceros votos de tranquilizar o  
499 magistrado que foi para lá, que foi o Dr. Márcio. Quando ele chegou aqui,  
500 que ele estava fazendo um relatório aqui, a esposa dele ligou: "O nosso  
501 apartamento está pegando fogo". Olha aí. Esse apartamento bem aqui.  
502 SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Nossa. ORADORA  
503 NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]. DES.  
504 PRESIDENTE: Aí o homem 'destamboleou'. Era para retornar lá para... do  
505 Jari, que estava marcado já também, Ministério Público e Defensoria  
506 Pública estavam já intimados... Intimados não, convidados pela comissão  
507 para estarem presentes lá na Jari. E era em Monte Alegre, não, Monte  
508 Dourado, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Monte  
509 Dourado. DÊS. PRESIDENTE: Monte Dourado, e... mas, infelizmente,  
510 nós tivemos que abortar a missão devido ao Dr. Márcio ter tido esse  
511 problema. Mas já foi redesignado por ele próprio, né? SR. LAÉRCIO DOS  
512 SANTOS ROSA JUNIOR: Na semana de 4 a 8 de março. DÊS.  
513 PRESIDENTE: [ininteligível]? Hein? SR LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
514 JUNIOR: De 4 a 8 de março. DÊS. PRESIDENTE: De 4 a 8 de março  
515 enviar para lá. Vamos lá fazer o negócio da Jari, lá, saber o que é que está  
516 havendo lá, qual é o problema. Mas minha doutora queria falar?  
517 ORADORA NÃO IDENTIFICADA [00:35:15]: [ininteligível] gostaria de  
518 pedir, já considerando que o senhor vai à Brasília tratar com o Inbra, eu  
519 gostaria de pedir permissão para que a OAB listasse as nossas  
520 dificuldades com a superintendência do Inbra, que vai desde não nos  
521 receber e até mesmo falta de acesso aos processos. DES. PRESIDENTE:  
522 Deixa eu só lhe falar: eu não sou... Pode me encaminhar, que eu levarei,

118

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



119  
120



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM.

121  
122  
123  
124  
125

123 tá? Agora, eu não vou só no Inbra. Eu vou Inbra, eu vou ao ministro das  
124 Cidades, eu vou ao ministro da Reforma Agrária. Onde mais? SR.  
125 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Ao CNJ. DES. PRESIDENTE:  
126 Ao CNJ, para nós primeiro colocarmos lá no CNJ que nós estamos  
127 atrasados na nossa Comissão de Soluções Fundiárias devido a esses  
128 aspectos, tudo, explicar a razão do porquê nós estávamos atrasados na  
129 confecção de tudo isso, certo? E para também pedir um parecer deles  
130 para dar um prazo maior, que nós temos 90 dias só, não é isso? SR.  
131 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Uhum. DES. PRESIDENTE:  
132 Noventa dias para cumprir, vejam bem, com mil, mil, mil reintegrações de  
133 posse. Nós fazermos isso... Eu estou com seis magistrados espalhados  
134 para ver se nós conseguimos. Eu queria agora falar com a Dra. Herena,  
135 que a doutora não está aqui, a Dra. Ione. Eu já conversei com o Dr. César  
136 Mattar, mas eu pediria que vocês que são da [ininteligível] para que  
137 evitassem esforços lá, vai entrar mais gente agora no Ministério Público,  
138 para que todas essas situações o Ministério Público acompanhe, a  
139 Defensoria Pública também acompanhe. Se alguém quiser acompanhar  
140 também, por favor, acompanhe. Para depois não dizerem que nós  
141 estamos fazendo isso e estamos fazendo aquilo, porque depois que  
142 chegar e nós tivermos que usar a polícia, aí é complicado. Nós não  
143 queremos chegar a esse ponto de mandar policial. É o que ela falou, a... o  
144 senhor falou lá em relação... A polícia é truculenta? Não, não é truculenta.  
145 Ela está cumprindo determinação, certo? Por isso nós estamos fazendo  
146 essas audiências todas, nós estamos fazendo a mediação completa. Me  
147 falaram que teve uma ocasião que até o Dr. Mazutti estava lá, e eles  
148 mandaram uns áudios para o Dr. Mazutti. Mas o Dr. Mazutti, ele não é  
149 emprenhado pelos ouvidos, né? Aí o camarada disse: "Não, porque a  
150 gente tem que enfrentar polícia com [ininteligível], com foice, com isso,  
151 com aquilo". Aí ele sabia quem era pela voz, né? Aí ele pegou, na reunião  
152 que ele manteve... Se eu estiver mentindo, o senhor avise, tá? SR.  
153 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: [pronunciamento fora do microfone]. DES.  
154 PRESIDENTE: Na reunião que ele manteve, ele chamou: "Venha cá, o  
155 senhor. Vem cá um instantinho. O senhor é um tremendo sindicalista. O  
156 senhor fez isso, por que o senhor está incitante?". "Não, não fiz isso, não".  
157 Entendeu? Quer dizer, na realidade estava usando o nome da pessoa ou

126

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



127  
128





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

129  
130  
131  
132  
133

558 a própria voz dele em outra situação para ser criado um clima nocivo. Mas  
559 não é assim, não é assim que se decide a coisa. Prova está que ele  
560 chegou e disse: "Não, não falei nada disso". Então, a coisa vai ser feita dia  
561 19, né? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Dia 19. DES. PRESIDENTE:  
562 Dia 19. Nós vamos ter já uma ali em Tucuruí, que já era para ter feito há  
563 muito tempo, mas... Se o senhor quiser falar, pode falar lá. Para a  
564 Fazenda Esperança, não é isso, doutor? SR. AMARILDO JOSÉ  
565 MAZUTTI: Fazenda Fortaleza. Fortaleza. DÊS. PRESIDENTE: Fortaleza.  
566 Fortaleza. Então nós vamos lá. Quem é que está designado pela  
567 Ouvidoria? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Renato.  
568 DÊS. PRESIDENTE: Dr. Renato, que já foi na primeira, o Doni(F) vai pela  
569 Ouvidoria também. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: [pronunciamento  
570 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Já, já. Já foi na anterior, né?  
571 ORADOR NÃO IDENTIFICADO [00:39:17]: Sim. DÊS. PRESIDENTE: E  
572 agora nós estamos acompanhando par e passo tudo. Por exemplo, lá em  
573 Alenquer foi o Dr. Laércio. Nós temos outras situações aí que vai a Dra.  
574 Lívia, vai a Dra. Lena, né? Nós estamos fazendo com que toda a situação  
575 seja acompanhada pela Ouvidoria Agrária. Se não for, por favor, me  
576 avisem, avisem ao Dr. Laércio, porque em todas as situações a Ouvidoria  
577 tem que estar presente. Tem que estar presente, obrigatoriamente. Eu me  
578 comprometo com isso. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Excelência, eu  
579 só queria falar uma questão. DÊS. PRESIDENTE: Pois não. SR.  
580 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: A preocupação que o senhor tem em  
581 relação à ineficiência do Incra é também uma coisa que me afeta muito na  
582 minha região agrária, porque é o seguinte: eu tenho processos... Por  
583 exemplo, tenho processo em Itupiranga, da Fazenda Rainha, 2004. Teve  
584 uma ocupação em... 2003 para 2004. Agora fez 20 anos. Teve a  
585 ocupação, aí o Incra fez uma vistoria e certificou que a propriedade era  
586 improdutiva, tá? Aí encaminharam o processo para desapropriação na  
587 Justiça Federal. O proprietário contestou dizendo que a propriedade... a  
588 declaração de produtividade, e virou e mexeu, 20 anos depois foi  
589 declarado que a propriedade era produtiva e que o laudo do Incra que foi  
590 feito era falso. Quer dizer, não condiz com a verdade porque a  
591 propriedade era produtiva, mas apareceu um laudo que era improdutivo e  
592 ele conseguiu provar na Justiça que era produtivo. Vinte anos depois,

134

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



135  
136



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

137  
138  
139  
140  
141

593 voltou o processo, Fazenda Rainha, em Ituporanga. O proprietário da área  
594 está fazendo 86 anos de idade. Ele tinha 60 e... 65 anos, agora está com  
595 85, e está uma confusão muito grande. São mais ou menos... eu acho que  
596 tem umas 300 famílias lá. Tem gente que vendeu, passou, vendeu, mas  
597 quem... Eles foram colocados lá pelo Incra, na área. O Incra colocou eles  
598 na área para fazer o assentamento. E agora, 20 anos depois? Está lá.  
599 Tem gente que construiu a fazenda, tem filho, tem até neto que nasceu lá.  
600 Então, isso ficou um problema. E está acontecendo muito na questão do  
601 Incra também os processos assim: nós temos o... tem a ocupação, tem o  
602 processo na Vara Agrária, aparece lá o Incra com interesse no feito. Aí  
603 vem a AGU dizendo que tem interesse no feito. A área que não tem nada  
604 a ver com o Incra, a área do Iterpa, destacado dos Castanhais(F), com  
605 georreferenciado, tudo certinho, tal. Aí vai para a Justiça Federal, vai para  
606 a Justiça Federal, aí aquela tramitação demora. Enquanto isso, a  
607 ocupação se acelera. Aí vem o juiz federal dizendo que não tem interesse  
608 da União. Aí volta para a gente. Aí quando volta, aí é porque ninguém quer  
609 que volte, porque... A gente já procura efetivar o processo. Quando volta,  
610 a ocupação já se propagou. É o que está acontecendo. É uma  
611 preocupação muito grande, que muitas vezes a omissão do Incra... É  
612 melhor ser omissos do que atrapalhar. Nós tivemos uma questão em  
613 Parauapebas. Em uma reunião falaram: "Não, o Incra tem interesse, é  
614 prioridade máxima a aquisição dessa área", dessa área, são quatro  
615 fazendas. Os representantes do Incra falaram: "Não, é interesse. Nós  
616 temos ordem de Brasília. É interesse máximo... é prioridade máxima a  
617 aquisição dessa área". Aí veio o superintendente lá em uma audiência  
618 minha da Vara Agrária de Marabá, falou: "Não, nós não autorizamos isso.  
619 Isso não é verdade. Isso eles não estão autorizados pelo Incra a falar isso,  
620 a fazer isso, fazer aquilo". Então, é uma preocupação muito grande  
621 também. Por isso que eu comungo do... essa preocupação do senhor,  
622 porque realmente a situação é complicada. E isso afeta diretamente todo  
623 o nosso trabalho. ORADORA NÃO IDENTIFICADA [00:43:34]: Eu acho  
624 que aí valeria também falar com a AGU.DES. PRESIDENTE: AGU?  
625 ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É, porque realmente eles estão  
626 manifestando interesse em praticamente todas as reintegrações. DÊS.  
627 PRESIDENTE: [pronunciamento fora do microfone]. ORADORA NÃO IDENTIFICADA

142

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



143  
144



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

145  
146  
147  
148  
149

628 IDENTIFICADA: E aí, assim, eu sei por que eu tenho um caso que eles  
629 ingressaram com uma oposição lá desconexa, a gente conseguiu a  
630 sentença dois anos depois, né? Enfim, vai voltar--DES. PRESIDENTE:  
631 Mas a AGU não faz nada, infelizmente. ORADORA NÃO IDENTIFICADA:  
632 Infelizmente. Mas eles 'petitionam' e atrapalham. DÊS. PRESIDENTE:  
633 Atrapalham. A AGU só faz--SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:  
634 Dr. Solano pede a palavra.DES. PRESIDENTE: Quando há interesse da  
635 União. E quando há interesse, por eles terem muito processo, vai ficando  
636 por aí e vai se perdendo no tempo. Por exemplo, 20 anos, meu doutor, é  
637 complicado. Vinte anos.SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: [ininteligível]  
638 processo de 20 anos com uma--SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:  
639 Excelência.SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Vinte anos eu não vou  
640 conseguir cumprir meta nenhuma, porque eu estou com processo de 20  
641 anos. Quando é que eu vou cumprir meta? Eu não cumpro meta  
642 nenhuma.SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: É. Excelência--DES.  
643 PRESIDENTE: [ininteligível]. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: O  
644 corregedor vem para cima de mim, diz: "Olha, doutor e aí? Que o senhor  
645 não cumpre meta". Mas como é que eu vou cumprir? [risos]DES.  
646 PRESIDENTE: Como é que pode, né? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA  
647 SOLANO: Excelência. DÊS. PRESIDENTE: Exato. Mas o senhor tem uma  
648 justificativa, né? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Sim. DÊS.  
649 PRESIDENTE: Mas não adianta justificar uma coisa que já devia ter sido  
650 solucionada há muito tempo. E, veja bem, quando começa a criar essa  
651 crosta, aí essa crosta vai também influenciar onde? Em uma possível  
652 guerra entre as pessoas.SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:  
653 Exatamente. DÊS. PRESIDENTE: Eu pergunto ao senhor: como é que  
654 está esse processo? O senhor já fez a reunião? SR. AMARILDO JOSÉ  
655 MAZUTTI: Não, eu já fiz a audiência de mediação, estamos fazendo  
656 mediação, né? DES. PRESIDENTE: Hã. Tá.SR. AMARILDO JOSÉ  
657 MAZUTTI: Mas ainda tem que decidir a liminar, porque existia uma  
658 liminar, foi revogada, e agora estou decidindo a liminar. DÊS.  
659 PRESIDENTE: Então decida. Se porventura, espie bem, se porventura o  
660 senhor conceder a liminar, por favor, devido ao tempo, devido ao prazo e  
661 a idade da pessoa, encaminhe logo para... que pertence ao... lá...  
662 [ininteligível]--SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Eu vou fazer. Não, eu vou

150

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



151  
152

19



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

153  
154  
155  
156  
157

663 fazer. Eu vou fazer. DÊS. PRESIDENTE: Para cá, para a comissão, que  
664 eu vou dar inclusive prioridade a essa situação, tá? SR. AMARILDO JOSÉ  
665 MAZUTTI: É, é uma preocupação que a gente sempre tem, porque é  
666 aquela história, né? DES. PRESIDENTE: Uhum. SR. AMARILDO JOSÉ  
667 MAZUTTI: O filho, quando é novo, a gente cria fácil. Agora, pegar filho já  
668 criado é complicado. Mas nós vamos dar prioridade máxima aí. DES.  
669 PRESIDENTE: Não, mas isso aí... Aí, veja bem, o senhor vai conceder ou  
670 não a liminar, sei lá. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Sim. DÊS.  
671 PRESIDENTE: Se porventura--SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Sim,  
672 sim. Eu entendo. DÊS. PRESIDENTE: Não estou aqui querendo fazer a  
673 sua cabeça. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Não, não, eu entendo.  
674 DÊS. PRESIDENTE: Se porventura o senhor for conceder medida liminar,  
675 o senhor consegue e mande para cá. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:  
676 [ininteligível]. DES. PRESIDENTE: Eu acredito que já tenha exaurido sua  
677 pretensão pelo menos em termos de composição. SR. AMARILDO JOSÉ  
678 MAZUTTI: Sim. DÊS. PRESIDENTE: Aí ponha para cá, para a comissão--  
679 SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Lhe agradeço. DÊS. PRESIDENTE: E a  
680 comissão me avise para eu dar uma prioridade a esse assunto. SR.  
681 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Certo. Obrigado. DÊS. PRESIDENTE: Que  
682 realmente aí é preocupante demais até. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:  
683 Certo. DÊS. PRESIDENTE: Muito. E é uma das situações que eu vou  
684 levar ao Incra nacional. Não só Incra nacional, mas todas as autoridades  
685 que eu vou visitar. Inclusive, a visita está agendada já com o presidente do  
686 Supremo Tribunal Federal, que é a pessoa que tem um lastro, tem  
687 conhecimento de tudo isso aí, porque ele foi o relator da Medida  
688 Provisória... da decisão provisória, que se transformou em definitivo lá no  
689 Supremo, que é o ministro Barroso, né? Então, ele terá também que saber  
690 dessas situações. E também tem que fazer uma diferença. Aqui, o Pará,  
691 não é o Paraná. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Verdade. DÊS.  
692 PRESIDENTE: O Paraná é um município... é um estado pequenininho. E  
693 as dimensões aqui do estado do Pará são muito diferentes.  
694 Completamente diferentes. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Verdade.  
695 DÊS. PRESIDENTE: Simplesmente adentrar em uma situação, pegar  
696 uma situação do Paraná e querer comparar, fazer um comparativo aqui  
697 com o Pará, tem uma longa distância, uma longa distância. Mas, como a

158

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



159  
160

20



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

161  
162  
163  
164  
165

698 doutora... Como é o nome dela? SR LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
699 JUNIOR: Fabiane. DÊS. PRESIDENTE: A Dra. Fabiane já deve ter  
700 colocado isso para ele que não é fácil aqui o Pará devido ao longo... a  
701 extensão territorial e a dificuldade que existe para você chegar em uma  
702 área. Por exemplo, foi uma semana... Foi uma semana, se não me falha a  
703 memória, né-- SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: É, uma  
704 semana. DES. PRESIDENTE: Que nós tivemos que ir lá para Alenquer. E  
705 não terminamos todo o trabalho. Então, vejam bem, não é fácil, não.  
706 Então, nós temos que fazer diferenciação entre Amazônia e sul do país. É  
707 completamente diferente. Eu devo ir lá com ele. Vou com a Dra. Fabiane,  
708 que é assessora direta dele, e qualquer coisa estaremos lá com ele  
709 também. Ele é uma pessoa muito boa, muito bacana, muito séria. Tive a  
710 oportunidade de falar com ele aqui em Belém, quando ele aqui esteve,  
711 não só ele, mas como outros ministros. Então, nós temos que ver e  
712 mostrar que o Pará é diferente dos demais estados, assim como  
713 Amazonas. Como Amazonas. Não é fácil você judicar... primeiro judicar  
714 aqui no Pará. Hoje está sendo mais fácil porque as comunicações estão...  
715 Na época que eu entrei não tinha nem luz, que dirá telefone, que dirá  
716 celular. Na época que eu entrei. Mas o doutor queria falar. SR. MÁRIO  
717 ALFREDO SOUZA SOLANO: Excelência, primeiro parabenizar sua  
718 iniciativa. Realmente, nós temos um problema que é de décadas, não é de  
719 hoje, com a questão do Incra, e eu quero crer que pode ser, eu não vou  
720 querer adivinhar o resultado desse diálogo, mas diante do que o senhor  
721 normalmente dá encaminhamento, pode ser que tenha um divisor de  
722 águas na forma de enxergar o estado do Pará com essas instituições.  
723 Lamentavelmente, pela experiência que todos nós temos aqui, sabemos  
724 que os representantes das instituições federais, com raríssimas  
725 exceções, mas especificamente que envolvem a questão de terra, SPU,  
726 Incra, ICMBio, etc., são representações dentro do nosso estado. O  
727 processo decisório acontece nos gabinetes de Brasília. Então, a sua ida lá  
728 é fundamental para que a gente saiba e tome uma decisão, porque não  
729 há--DES. PRESIDENTE: Eu queria nesse ponto aqui... Vai eu. SR. MÁRIO  
730 ALFREDO SOUZA SOLANO: Uhum. DES. PRESIDENTE: Vai o Dr.  
731 Laércio, vai a Dra. Rosângela, tá? SR MÁRIO ALFREDO SOUZA  
732 SOLANO: Perfeito. DÊS. PRESIDENTE: Alguém mais? Só, né? SR

166

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



167  
168



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

169  
170  
171  
172  
173

733 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Uhum. DES. PRESIDENTE: Se  
734 porventura alguém da nossa comissão... Porque o que nós fizemos lá na  
735 Comissão de Soluções e Conflitos respinga aqui, na nossa comissão. SR.  
736 MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Sim. DÊS. PRESIDENTE: Se  
737 alguém dos senhores, tanto Ministério Público, Defensoria Pública, OAB,  
738 Direitos Humanos, quem quiser ir comigo, por favor, vá lá. SR. MÁRIO  
739 ALFREDO SOUZA SOLANO: Mais uma vez lhe parabênico por essa ação  
740 democrática. DÊS. PRESIDENTE: Vamos lá. SR. MÁRIO ALFREDO  
741 SOUZA SOLANO: E, como cidadão, não só representante aqui, a  
742 federação, peço aqui aos representantes das instituições de estado,  
743 Ministério Público, Defensoria, OAB, que possam ir. Que é importante, é  
744 fundamental, não é, que primeiro entendam a nossa realidade. Outra  
745 coisa: o último dado, presidente, que nós recebemos do Incra foi no final  
746 do ano retrasado sobre a questão de lotes para a reforma agrária no  
747 estado do Pará, e estava em 66 mil disponíveis para a reforma agrária.  
748 Isso é outro ponto fundamental, porque ficar invadindo propriedade, "ah,  
749 porque eu quero terra para produzir, plantar...". Outra coisa que é bom  
750 lembrar aqui: os maiores lotes de reforma agrária do país estão aqui, que  
751 varia de 90... 80, 90, cem hectares, que são quatro módulos fiscais, que é  
752 o nosso maior. Então, tem como produzir, tem como fazer. A questão é:  
753 nós temos que dar um basta nessa questão da violência. E o papel desta  
754 comissão de todos que compõem essa comissão em uma palavra se  
755 resume: pacificação. Então, o senhor vai à Brasília para tentar, de uma  
756 vez por todas, pacificar, pois, infelizmente, mesmo alguns membros, que  
757 é o caso do Incra, que compõe aqui a comissão, mas não tem o poder  
758 decisório. Lá em Brasília tem. Esse ponto é fundamental. Parabênico o  
759 senhor, e que... peço que todos os representantes aqui das instituições do  
760 estado possam comparecer para lhe ajudar nesse processo de diálogo  
761 em Brasília. Esse é um ponto. DÊS. PRESIDENTE: Alguém--SR. MÁRIO  
762 ALFREDO SOUZA SOLANO: O outro ponto que eu queria até alertar aos  
763 senhores e às senhoras... Eu tenho ido... por coincidência, eu estava em  
764 Medicilândia e fui chamado para uma Audiência Pública em caráter de  
765 urgência, pela questão dos produtores, que aconteceu na Câmara  
766 Municipal de Altamira. E eu fui rapidamente lá participar dessa Audiência  
767 Pública, que estava sendo presidida pelo SPU do estado. E depois,

174

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



175  
176



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

177  
178  
179  
180  
181

participei, no sábado passado, novamente em uma outra Audiência Pública com o SPU lá em Paragominas, sábado, também, coincidentemente, na Câmara Municipal. E eu quero fazer um alerta aqui aos senhores que são representantes do estado, nas instituições de estado que os senhores representam, de alguns pontos que são cruciais. O estado do Pará em 2011, especificamente em dezembro de 2011, passou por um plebiscito para decidir sobre a separação do estado em três: estado Tapajós, Carajás e o Parazinho. O Parazinho ficava com 17% do território. Por causa desse Parazinho, a sociedade paraense, na sua maioria, votou contrário à separação do estado. O que é que está acontecendo, isso é fato? Recentemente, em uma reunião no final do ano passado, em uma outra comissão, agora da Corregedoria, que é assunto fundiário, eu fiz questão de perguntar ao representante do Incra, que era o número dois, se--ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Do Iterpa, melhor dizendo, se ele poderia informar o que sobrou para o estado do Pará de território. E ele não soube informar. E para facilitar, eu perguntei: Então vamos fazer o seguinte: me dê em percentual para facilitar. E ele disse uma coisa preocupante, desembargador, senhoras e senhores: "O estado do Pará hoje tem mais ou menos 25%". Pode ser mais, pode ser menos. Portanto, Parazinho está chegando ao que era lá. E a sociedade não sabe disso, e muitas autoridades não sabem. E vai chegar... Por que eu estou dizendo que vai chegar? Porque com as desintrusões e a questão das demarcações de terra de marinha e depois vem várzea, interpretações de salto triplo carpado jurídico, sem combinar com a Daiane, nós estamos perdendo território caladinhos, desembargador. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: De forma acelerada. Mesmo sabendo-se que não existe tecnicamente como se fazer isso, mas estão fazendo. Então, eu estou alertando isso aqui porque isso está impactando em todas as áreas, seja pública ou privada, a começar pela arrecadação da pública, porque as pessoas não estão se antenando. Desembargador, Belém... o que vai sair de Belém para a União, a primeira légua é assustador, a quantidade de bairro. E aí as pessoas não estão entendendo. Primeiro, sai IPTU, entram as taxas da União.

182

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



183  
184



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM.

185  
186  
187  
188  
189

803 Esse dinheiro vai para a União e deixa de ser arrecadado pelo município  
804 para pagar as contas de quem mora aqui, de quem vive aqui, e que todas  
805 essas décadas, esses anos, foram mantidas com dinheiro dos munícipes  
806 em áreas que a União diz que era dela. Mas a mesma legislação que diz  
807 que o terreno tem que ter - o quê? - uma função social diz para a União a  
808 mesma coisa. Qual foi a função social que a União fez nas terras de  
809 marinha todas essas décadas, esses séculos? Nenhuma,  
810 desembargador. Foi dinheiro público daqui, do povo daqui. E ninguém  
811 está entendendo o que está acontecendo. Para o senhor ter uma ideia,  
812 nessa última reunião em Paragominas, o senhor sabe quantos prefeitos  
813 estavam na reunião? Porque é uma reunião regional. Eles escolhem o  
814 município, mas a reunião é regional. No mínimo, nove municípios.  
815 Nenhum. Então, não estão entendendo. Perde arrecadação, perde  
816 território, e a questão é: vai acontecer isso que o senhor está falando. Só  
817 não vai de decidir os problemas aqui em Belém, nem aqui no estado do  
818 Pará; você vai ter que decidir o processo daí Brasília, que é muito mais  
819 difícil. Então, ao invés de se pegar, transferir o território para o estado ou  
820 para o município, que é quem realmente materializa, está aqui do lado  
821 para mitigar os conflitos, mitigar os problemas, o juiz está aqui do estado  
822 do Pará para resolver, os Srs. Desembargadores estão aqui, as  
823 ferramentas, o aparelhamento do estado no dia a dia para a sociedade  
824 que mora aqui ter mais facilidade, tem previsão constitucional; não, estão  
825 levando para Brasília. Estão acelerando. E a sociedade... E eu estou  
826 clamando aos senhores e às senhoras que representam as instituições de  
827 estado. Está saindo pelas mãos da gente tudo isso e não vejo ninguém  
828 fazer nada. Fica aqui o meu clamor e minha atenção de que papa-chibé já  
829 com mais de 60 anos e que não aguenta ver a dilapidação do patrimônio,  
830 do território paraense em benefício que não é para o povo do Pará.  
831 Obrigado. DÊS. PRESIDENTE: Muito bem. Deixa eu lhe falar. Aí é  
832 problema político, né? Nós temos o nosso representante lá. Acredito que  
833 eles tenham... também devem estar olhando isso, porque eles sabem o  
834 que está ocorrendo, sabem mesmo o que está ocorrendo [ininteligível]. O  
835 senhor tem razão. Assim como o senhor tem razão nisso aí, também eu  
836 quero dizer aos senhores que os movimentos sociais estão sendo  
837 vitimizados por essa sequência que nós temos de facções, facções que

190

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



191  
192





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

193  
194  
195  
196  
197

838 estão adentrando nos...SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:  
839 [pronunciamento fora do microfone].DES. PRESIDENTE: Nos sindicatos,  
840 estão tentando dominá-los, essa que é a grande verdade, e a luta já não é  
841 mais pela terra; é para saber se a facção vai... Olha, eu confesso aos  
842 senhores que eu estou abismado, estou abismado com o que está  
843 ocorrendo. Agora, recentemente... Não vamos muito longe, viu, Dr.  
844 Mazutti? As facções simplesmente... Eu deixei de ir para campo porque  
845 eu estava com todo o meu... Me deram uma [ininteligível] de camarote, eu  
846 digo: Vou bem lá para o Paysandu. Eu sou Paysandu, vou para lá. Me  
847 deram quatro ingressos para o camarote. Lá eu fui, eu iria, porque na rede  
848 social me veio: "Olha, se você estiver vestido com a camisa do Paysandu  
849 ou do Remo, nós vamos te matar". Quer dizer, é complicado. Veja bem,  
850 quem está fazendo isso é facção. E nós vamos muito longe. No dia  
851 seguinte, eu abro o jornal, está lá escrito: "Líder da Remoçada morto pela  
852 facção", "Líder da... Terror bicolor, morto em Ananindeua pela facção".  
853 Está doido. Hoje em dia, se você tiver um comércio pequeno em qualquer  
854 bairro de Belém, qualquer bairro de Belém, você tem que pagar para você  
855 usar o... Isso aqui virou Rio de Janeiro? Não vejo assim. Eu pensei que  
856 fosse só lá em Icoaraci, mas não, está disseminado, está disseminado  
857 aqui em Belém todo. Não sei no resto dos outros municípios. ORADOR  
858 NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].DES.  
859 PRESIDENTE: Eu sei que a coisa está ficando incontrolável. E quando eu  
860 falo isso, eu quero voltar aqui... Quando o Dr. Jesus me falou que eu  
861 estava falando mal do MST, estava criminalizando, não é não. Não é não.  
862 Hoje a facção está adentrando também nos movimentos sociais para  
863 tentar dominá-los, todo mundo. E, como sindicalista bom que ele é, deve  
864 chamar a atenção para os líderes sindicais, porque senão o que vai  
865 acontecer? Vão matar também os líderes sindicais e dizer depois que foi a  
866 polícia, dizer que depois foi fulano ou ciclano. Arranja um jeito, certo, de  
867 dizer isso, dizer aquilo. Então, isso me preocupa, me preocupa muito. Já  
868 fiz expediente para o nosso secretário de Segurança Pública, já fiz  
869 expediente para o delegado-geral de polícia, já fiz expediente também  
870 para o Comando-Geral - se não fiz, vamos fazer, tá? -, alertando para  
871 essa situação, para depois dizerem que nós não estamos fazendo nada.  
872 Se alguém tiver alguma coisa em contrário, pode falar agora. Então, está

198

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



199  
200

25



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM.

201  
202  
203  
204  
205

873 aprovado novamente o pedido para os três comandos aí. Então gente, era  
874 isso que nós tínhamos a falar. Então, vamos ver--SR. LAÉRCIO DOS  
875 SANTOS ROSA JUNIOR: Sr. Presidente. DÊS. PRESIDENTE: Nossa  
876 próxima reunião.SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: O senhor  
877 me permite? DÊS. PRESIDENTE: Pois não.SR. LAÉRCIO DOS SANTOS  
878 ROSA JUNIOR: Apenas para fins de registro e de esclarecimento,  
879 informar que nós recebemos a comunicação de Sua Excelência,  
880 promotora de Justiça, Dra. Herena, acerca da impossibilidade de  
881 participação nas audiências ocorridas em Alenquer. A secretaria da  
882 comissão registrou e tem no expediente. DÊS. PRESIDENTE: Pois é. Mas  
883 quando for assim, Herena, pede para o procurador-geral designar outro.  
884 SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: [pronunciamento  
885 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Pede, fala com a 'coisa',  
886 que...SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO:  
887 [pronunciamento fora do microfone]. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
888 JUNIOR: Isso.SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO:  
889 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Pois é. SRA.  
890 HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Já pedi agora para um  
891 colega fazer--DES. PRESIDENTE: O Dr. Manuel ainda agora me fez uma  
892 ponderação: "Doutor, veja a comissão para ver se ajuda a gente também,  
893 para...". Doutor, é meio difícil, porque eles também têm audiência aqui.  
894 Eles não estão só exclusivamente na comissão de conflito. Por exemplo,  
895 Dr. Márcio foi para lá, perdeu uma semana. Aí com mais esse negócio aí,  
896 perdeu foi duas semanas de audiências aqui. Então fica meio complicado,  
897 entendeu? SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: É.  
898 Então, aí eu acho que a melhor solução é a gente começar a pedir as  
899 designações para os colegas, para acompanhar as soluções, para que a  
900 gente também não prejudique a pauta... nossa pauta ordinária, entende?  
901 DÊS. PRESIDENTE: Sim. Exatamente. Sim. Exatamente. SRA. HERENA  
902 NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Aí, por exemplo, dia 6 nós tivemos  
903 duas audiências que coincidiram, uma... só que aí deu tempo de fazer,  
904 porque a parte faltou, e aí deu certinho, mas...DES. PRESIDENTE: Pois é.  
905 SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORREA DE MELO: Resolvemos,  
906 assim. DÊS. PRESIDENTE: Isso. Nós temos que estar lá juntos, juntos,  
907 para fazermos tudo bom, em uma boa, sem problema nenhum. Eu

206

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



207  
208

26

908 pergunto aos senhores... Eu não posso pagar passagem nem estadia,  
909 mas eu convido aos senhores para irem à Brasília comigo. Querem ir?  
910 Quem quiser, procure a secretaria, tá? Procure a secretaria, mas, por  
911 favor, vejam se os senhores desejam realmente, tá? Se não, vou só.  
912 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].  
913 DES. PRESIDENTE: É, 14 de... É, é, 14 de março. Por falar nisso, a nossa  
914 reunião vai ser depois desta nossa ida lá, tá? Dia 22 de março. Está bom  
915 para os senhores? Está bom? Então, 22 de março é a próxima, logo  
916 depois do dia 14, tá? Então, vamos estar aqui no dia 22 já com algumas  
917 respostas, ou com todas as respostas. Se necessário for dependendo, a  
918 gente vai ver se fala até com a Presidência da República. O que não pode  
919 é nós voltarmos sem uma solução. Ou então pelo menos promessa de  
920 solução, que é só o que político sabe fazer. É promessa. É. Mas então,  
921 gente, mais alguma coisa? Não? Se não tiver mais nada, por favor. DR.  
922 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dia 22. DES. PRESIDENTE:  
923 Está encerrada a nossa reunião. O meu muito... *Assim, eu, Alessandra*  
924 *Trindade Ribeiro Lauande, auxiliar judiciária, lavrei a presente*  
925 *ATA*////////////////////////////////////

926

927

**Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO**

928

Ouvidor Agrário do TJPA e Presidente da Comissão Permanente de  
929 Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à  
930 Grilagem – CPMEAQLG.

929

930

214

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705

27

E-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br).



215

216